



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0029

BI-2022-0020

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 21/02/2022

Hora: 9h35

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, no âmbito da campanha de inspeções a instalações de produção de energia elétrica.

No local foi contactado o Eng. Nuno Mendes, chefe de departamento da Condução de Centrais do Pico, o qual forneceu os esclarecimentos necessários, facultou acesso à documentação relevante e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: EDA - Electricidade dos Açores, SA

NIPC/NIF: 512012032

Sede/morada: Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1

Código Postal: 9504-535

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Central Termoelétrica do Pico

Endereço: Estrada Transversal, S/N

Código Postal: 9940-335

Freguesia: São Roque do Pico

Concelho: São Roque do Pico

Ilha: Ilha do Pico

Atividade principal: 35112 - Produção de eletricidade de origem térmica

Período de funcionamento: 24 h/dia



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Licenciamento da atividade: Licença de Exploração de Instalação Elétrica de Serviço Público (Proc. 30-601/98 1294/F) de 11/07/2011

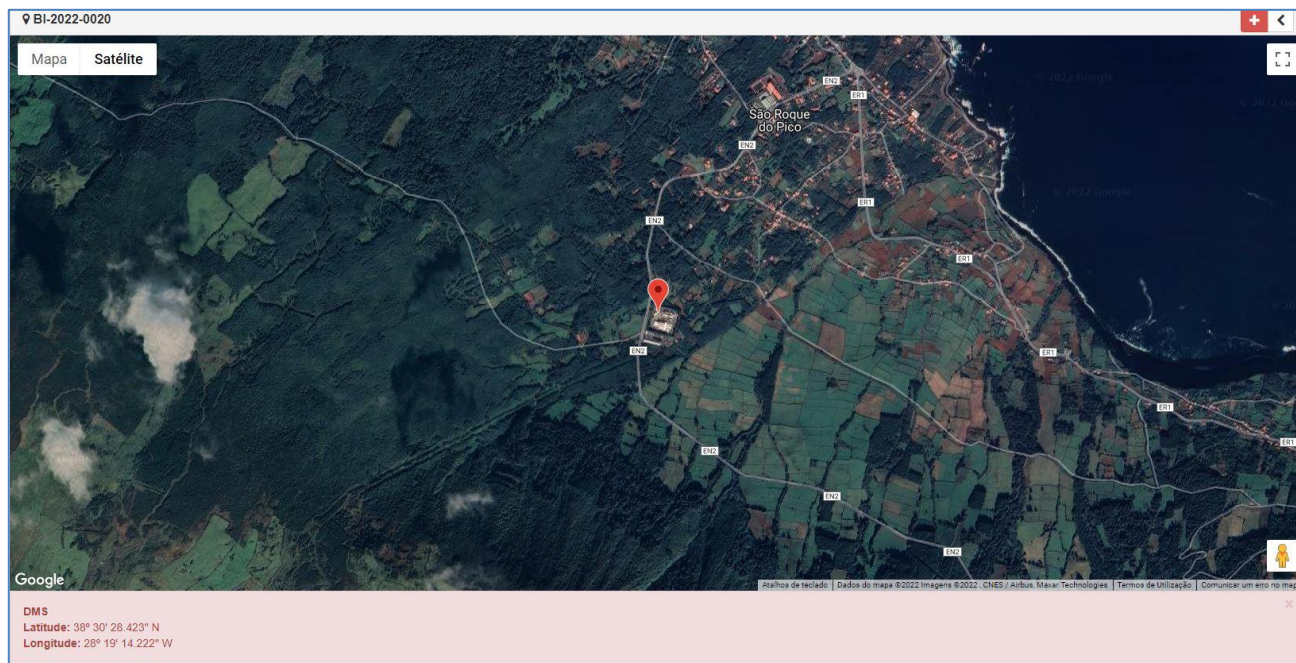


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A Central Termoelétrica do Pico, constituída por 7 grupos geradores, representa o principal centro electroprodutor da ilha do Pico.

Cada um dos 7 grupos eletrogeradores forma uma unidade produtora autónoma com motor diesel, alternador e transformador, aptos para utilizarem fuelóleo (combustível principal) e gasóleo (combustível utilizado no grupo 5 e nas fases de arranque e paragem dos restantes grupos).

Os grupos um, dois e três possuem potência nominal de 1912 kW cada um, o grupo quatro 2774 kW, o grupo cinco 1232 kW e os grupos seis e sete 3340 kW cada um.

Os 7 grupos encontram-se distribuídos por 2 salas de máquinas, uma destinada aos grupos 1 a 5 e a outra destinada aos grupos 6 e 7.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

O estabelecimento está dotado de todas as infraestruturas necessárias ao normal funcionamento da central, nomeadamente parque de combustíveis, sala de comando e controlo, oficinas de manutenção, subestações e equipamentos de tratamento de efluentes.

À data da inspeção estavam em curso trabalhos de substituição da caldeira de produção de vapor associada ao grupo 4 (aproveitamento do calor dos gases de exaustão para produção de vapor, necessário para o funcionamento da central).

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público. | art. 60.º Lei 58/2005 | Não aplicável | |
| b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares. | n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005 | Não aplicável | |
| c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv. | n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005 | Não aplicável | |
| d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização. | n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável | |
| e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização. | n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável | |
| f) Outras condições impostas pela licença ou autorização | TURH | Não aplicável | |

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

| Tipologia de águas residuais | Origem | Sistema de tratamento | Meio recetor |
|---|---------------------|-----------------------|--------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Urbanas | Instalações sociais | 2 fossas sépticas ** | Solo |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Tipologia de águas residuais | | Origem | Sistema de tratamento | Meio recetor |
|-------------------------------------|---|---|-----------------------|--------------|
| <input type="checkbox"/> | Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> | Outro tipo de águas residuais industriais | Águas oleosas provenientes das bacias de retenção, salas dos grupos geradores e oficina | ETAR ** | Solo |

** A descrição dos sistemas de tratamento consta da licença de descarga de águas residuais.

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

☐ Operador de gestão de resíduos;

☐ Valorização agrícola;

☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|---|---------------|---|
| a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem. | art. 14.º DLR 18/2009/A | Não aplicável | |
| b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos. | n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005 | Cumprido | Alvará n.º AR/2018/15, válido até 22/02/2023. |
| c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença. | n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007 | Cumprido | Controlo trimestral do parâmetro óleos minerais. Em 2020 efetuou 3 campanhas de autocontrolo: 28/01/2020, 13/07/2020 e 14/10/2020. Foi autorizada pela DRA, através do ofício SAI-DRA/2020/1445, a dispensa de realização da campanha correspondente ao 2º trimestre de 2020, atendendo às restrições em vigor por causa do controlo da pandemia COVID-19. Em 2021 efetuou 4 campanhas de autocontrolo: 20/01/2021, 05/04/2021, 20/07/2021 e 04/10/2021. Em todas as campanhas de autocontrolo verificou-se o cumprimento do valor limite de emissão constante da licença. |
| d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença. | n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007 | Cumprido | |
| e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição. | n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável | Não ocorreram anomalias com implicações no tratamento e rejeição das águas residuais. |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-------------------------|---------------|---|
| f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença. | TURH | Cumprido | Manutenção de fossas sépticas com periodicidade anual; possuía kit de combate a poluição por hidrocarbonetos. |
| g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado. | Art. 43.º DLR 18/2009/A | Não aplicável | |
| h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola. | Art. 48.º DLR 18/2009/A | Não aplicável | |
| i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas. | Art. 53.º DLR 18/2009/A | Não aplicável | |

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

| Tipologia de resíduos produzidos | Origem (operação/atividade) | Encaminhamento | Obs. |
|--|---|---------------------------------|------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos | Salas de máquinas, oficina, ETAR | Operador de gestão de resíduos | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos | Salas de máquinas, oficina, ETAR | Operador de gestão de resíduos | |
| <input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos | Instalações sociais, escritórios, sala de comando | Entidade de recolha de resíduos | |

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|--------------------------------|---------------|---|
| a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras. | n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor. | Art. 12.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos. | n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A | Não aplicável | |
| d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão. | Art. 33.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos. | Art. 36.º DLR 29/2011/A | Não aplicável | |
| f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos. | Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A | Cumprido | Aprovado pela DRA em 29/03/2012. Última versão data de fevereiro de 2021. |
| g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos. | Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|--------------------------------------|---------------|--|
| h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares. | Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A | Não aplicável | |
| i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição. | Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos. | Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A | Cumprido | Verificado o preenchimento de e-GAR |
| k) Inscrição do estabelecimento no SRIR. | Art. 161.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| l) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR. | Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A | Cumprido | Mapa de 2019 submetido em 21/02/2020 Mapa de 2020 submetido em 09/02/2021 Mapa de 2021 submetido em 24/02/2022 |
| m) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem. | Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A | Não aplicável | |
| n) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares. | Art. 19.º DLR 24/2012/A | Não aplicável | |
| o) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados. | Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A | Não aplicável | |
| p) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados. | Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A | Cumprido | |
| q) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida. | Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A | Não aplicável | |
| r) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE. | DL 67/2014 | Não aplicável | |
| s) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados. | Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A | Não aplicável | |

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

| Papel na cadeia de abastecimento ^{a)} | Substâncias |
|--|---|
| DU - Utilizador final | Fuelóleo (Repsol), gasóleo (Repsol), premier 5238 (Exachem), soda cáustica (SPD), jonclean33 (Diversey) |

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------------|---------------|---|
| a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA). | Art. 5.º REACH | Não aplicável | |
| b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano. | Art. 14.º REACH | Não aplicável | |
| c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem. | Art. 17.º Reg. CE 1272/2008 | Não aplicável | |
| c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos. | Art. 36.º REACH | Cumprido | Mantinha fichas de dados de segurança dos produtos utilizados |
| d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH. | Art. 8º DL 293/2009 | Não aplicável | |
| e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes. | n.º 9, art. 31.º REACH | Não aplicável | |
| f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição. | n.º 4 art. 37.º REACH | Não aplicável | |
| g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida. | n.º 5 art. 37.º REACH | Cumprido | |

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

| Fonte poluente | Tipo | Setor | Medidas de mitigação / tratamento |
|--|---------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 7 chaminés associadas aos grupos geradores 1 a 7 | Pontual | Produção de eletricidade ou vapor | Não implementadas |

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|-------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas. | Art. 44.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |
| b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos. | Art. 45.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|--------------------------------|---------------|---|
| c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões. | Art. 53.º DLR 32/2012/A | Cumprido | 2019: 1ª campanha – analisada no processo inspetivo BI-2019-0071 (12/06/2019) 2ª campanha em setembro de 2019 2020: No ano de 2020 realizou apenas uma campanha de monitorização (outubro de 2020). A 2.ª campanha de monitorização foi dispensada pela DRA através do ofício SAI-DRA/2020/1445, atendendo às restrições em vigor por causa do controlo da pandemia COVID-19. 2021: 1ª campanha em junho de 2021 2ª campanha em agosto de 2021 |
| d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões. | Art. 54.º DLR 32/2012/A | Cumprido | Obrigatoriedade de monitorizar o poluente NO _x nos grupos 1, 2, 3, 4, 6 e 7. |
| e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis. | Art. 57.º DLR 32/2012/A | Cumprido | |
| f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis. | Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A | Cumprido | Monitorização pontual: Foram cumpridos todos os VLE no período verificado (2ª campanha de 2019, campanha de 2020, 1ª e 2ª campanhas de 2021) Monitorização em contínuo: Foram cumpridos os VLE em todos os grupos, no período verificado (2021). |
| g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão. | Art. 60.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |
| h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização. | Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A | Cumprido | |
| i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização. | n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A | Cumprido | |

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

| TECO ₂ * | Número de equipamentos | Tipos de gases fluorados |
|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| TECO ₂ < 5 | 8 (ar condicionado fixo) | R410A (4) + HFC32 (4) |
| 5 ≤ TECO ₂ < 50 | 1 (ar condicionado fixo) | R410A (3,4 kg) |
| 50 ≤ TECO ₂ < 500 | | |
| TECO ₂ ≥ 500 | | |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

Possuía ainda 19 comutadores elétrico com SF₆, todos com uma carga inferior a 6 kg.

7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|------------------------------|---------------|--|
| a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados. | art. 4.º Reg. CE 517/2014 | Cumprido | Fichas de verificação relativas aos anos de 2020 e 2021. |
| b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂ | art. 5.º Reg. CE 517/2014 | Não aplicável | |
| c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável). | Art. 13.º, DL 145/2017 | Cumprido | |
| d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação. | Art. 18.º, DL 145/2017 | Não aplicável | |
| e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas. | Art. 6.º Reg. CE 517/2014 | Cumprido | |
| f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano. | Art. 5.º DL 145/2017 | Cumprido | Verificadas comunicações relativas a 2019 e 2020. |
| g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida. | Art. 19.º e 20.º DL 145/2017 | Não aplicável | |

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

| Descrição da atividade | Enquadramento da atividade ^{a)} | Limiar (t/ano) ^{a)} | Consumo de solventes (t/ano) |
|------------------------|--|------------------------------|------------------------------|
| --- | | | |

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV. | n.º 1 art. 96.º DL 127/2013 | Não aplicável | |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|------------------------|---------------|---------------------------|
| b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas. | Art. 97.º DL 127/2013 | Não aplicável | |
| c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos. | Art. 99.º DL 127/2013 | Não aplicável | |
| d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos. | Art. 100.º DL 127/2013 | Não aplicável | |

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

| Carga de gás (kg) | Número de equipamentos | Tipos de gases |
|-------------------|------------------------|----------------|
| Carga < 3 | --- | |
| 3 ≤ Carga < 30 | --- | |
| 30 ≤ Carga < 300 | --- | |
| Carga ≥ 300 | --- | |

7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS. | n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável | |
| b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados. | n.º 2, art. 3.º DL 152/2005 | Não aplicável | |
| c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas. | n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável | |
| d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados. | Art. 4.º DL 85/2014 | Não aplicável | |

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

| Tipo de exposição humana na envolvente | Classificação da zona envolvente | Período de funcionamento do estabelecimento |
|---|----------------------------------|---|
| Não existem recetores sensíveis na envolvente | Não classificada | Das 0h00 às 24h00 – períodos diurno, entardecer e noturno |

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|-----------------------------------|---------------|---|
| a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental. | n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável | |
| b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação. | n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável | |
| c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica. | n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A | Cumprido | Foi realizado uma avaliação acústica em 2011 pelo INOVA (relatório n.º RER/2011.06) no qual foi evidenciado o cumprimento do nível sonoro médio de longa duração e do critério de incomodidade. Desde aquela data não foram introduzidas alterações nos equipamentos nem no regime de funcionamento da central. |

9 – Instalações sujeitas a outros regimes

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|-------------------------------------|---------------|--|
| a) Submissão do RAA no prazo definido | | Não aplicável | |
| b) Submissão do PRTR no prazo definido | Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A | Não aplicável | |
| c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental | | Não aplicável | |
| d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V) | Art.º 96.º DLR 30/2010/A | Cumprido | TE GEE RAA 069.14 |
| e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa) | n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A | Cumprido | Relatório de 2020 submetido em 10/03/2021. |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Não abrangido

Requisitos:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|------------------------|---------------|--|
| a) Boas práticas | Art. 5.º DLR 31/2010/A | Não aplicável | Tem implementado um plano de controlo de roedores. |
| b) Planos de controlo integrado de roedores | Art. 6.º DLR 31/2010/A | Não aplicável | |

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

| Tipologia de equipamento ou sistema | Identificado no estabelecimento? | Observações |
|---|----------------------------------|-------------|
| a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água: | | |
| i) Torres de arrefecimento | Não aplicável | |
| ii) Condensadores evaporativos | Não aplicável | |
| iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial | Não aplicável | |
| iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração | Não aplicável | |
| v) Humidificadores | Não aplicável | |
| b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água. | Não aplicável | |
| c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária. | Não aplicável | |
| d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C. | Não aplicável | |

9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|--|---------------|--|
| a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS | a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |
| b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo | a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | Efetua controlo trimestralmente na rede de águas domésticas. |
| c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano | c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |
| d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco | d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |
| e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza | n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

- 4. Descargas para águas subterrâneas que requeiram licenciamento
- 7. Fabrico, utilização, armazenamento, processamento, enchimento, libertação para o ambiente e transporte de substâncias e misturas perigosas, produtos fitofarmacêuticos e biocidas
- 9. Instalações sujeitas a autorização em matéria de emissão de poluentes para a atmosfera

Requisitos:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------|------------|---|
| a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida. | Art. 22.º DL 147/2008 | Cumprido | Apólice PTENV100945 da seguradora CHUBB |

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades.

11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: